



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ISABELLY ALVES FERNANDES MARCELINO

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A CONTINUIDADE DAS
EMPRESAS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

ISABELLY ALVES FERNANDES MARCELINO

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A CONTINUIDADE DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em **Ciências Contábeis** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Vânia Vilma Nunes
Teixeira Xavier

M314i Marcelino, Isabelly Alves Fernandes .
A importância do controle interno para a continuidade das empresas . [manuscrito] /Isabelly Alves Fernandes Marcelino .
– 2011.
19f.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.
“Orientação: Profa. Esp. Vânia Vilma Nunes Teixeira Xavier , Departamento de Contabilidade”.

1. Controle Interno. 2. Continuidade. 3. Empresas
I. Título.

ISABELLY ALVES FERNANDES MARCELINO

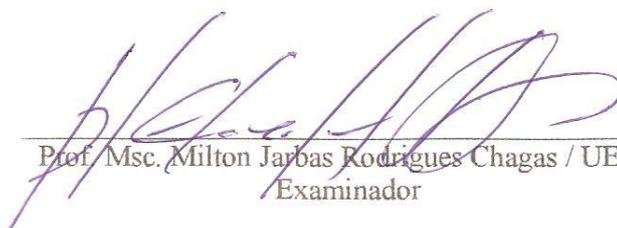
**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A CONTINUIDADE DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, obtendo a nota média 8,6 (oito vírgula seis), atribuída pela banca constituída pelo orientador e examinadores abaixo.

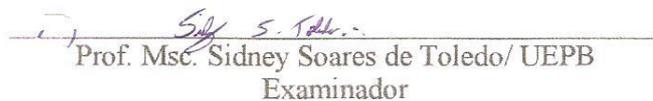
Aprovada em 09/12/2011.



Profª Esp. Vânia Vilma Nunes Teixeira Xavier / UEPB
Orientadora



Prof. Msc. Milton Jarbas Rodrigues Chagas / UEPB
Examinador



Prof. Msc. Sidney Soares de Toledo / UEPB
Examinador

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A CONTINUIDADE DAS EMPRESAS

MARCELINO, Isabelly Alves Fernandes¹

RESUMO

Diante do crescimento econômico, as empresas, através de seus dirigentes, cada vez mais têm buscado meios para se manterem competitivas no mercado, uma importante ferramenta para o sucesso empresarial é o controle interno. Com a intenção de manter a organização no rumo certo e seguindo o que foi planejado para o alcance das metas e objetivos, torna-se imprescindível a implantação de controles internos, pois além de proteger o patrimônio da empresa contra fraudes e erros, é possível estimular a eficiência do pessoal, bem como utilizando-se da confiabilidade das demonstrações contábeis, a administração pode tomar decisões acertadas para manter a empresa em processo contínuo de crescimento. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do controle interno para as empresas, evidenciando quais procedimentos básicos que devem ser adotados dentro de um sistema adequado. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, através de livros e artigos relacionados ao assunto, quanto à abordagem do problema e aos objetivos, pode-se definir a pesquisa como qualitativa e descritiva respectivamente. Como resultados encontrados, verificou-se que a adoção de controles internos, em conjunto com outros mecanismos, é de fundamental importância, pois por meio deles a empresa pode obter resultados melhores e riscos reduzidos e desta forma atender ao princípio da continuidade.

Palavras-chave: Controle Interno. Importância. Continuidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é regida pelos princípios do CFC 750/93, que são os princípios da Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência, dentre os quais destaca-se o princípio da continuidade, este princípio, segundo Ferreira (2009) estabelece que, salvo disposição legal, contratual ou evidências em contrário, presume-se que a vida da entidade é contínua e que ela deverá desempenhar suas atividades por um período indeterminado, sendo assim, um dos meios eficazes para que esse princípio seja atendido é a implantação de controles internos, pois quando aplicado, o controle pode detectar irregularidades e evitar prejuízos de pequenos a grandes vultos, até mesmo a falência da entidade, garantindo, em certos casos a sobrevivência da organização.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: isabellycg_20@hotmail.com

Para que uma empresa alcance suas metas e objetivos é necessário que ela possua primeiramente um planejamento e depois um controle interno que auxilie a sua administração. O controle tem como objetivo principal garantir que as atividades e processos da empresa estejam sendo executados de acordo com o planejado, e efetuando as devidas correções, sempre que necessárias.

O sistema de controle interno não está relacionado apenas ao setor contábil da organização, mas também ao administrativo e ao operacional, através dele espera-se que diretores e funcionários cumpram e façam cumprir o plano desenhado pela administração, com o intuito de atingir o sucesso da empresa.

Os sistemas de controles internos não seguem um modelo padrão, pois envolvem uma gama de informações e procedimentos, desta forma, cada empresa adota o sistema de controle mais apropriado às suas peculiaridades e ao ramo de atividade ao qual atue, porém devem ser observados alguns critérios básicos para a implantação de controles internos, como a relação custo x benefício, segregação de funções, auditoria interna, dentre outros.

Com o auxílio deste trabalho, espera-se responder ao seguinte questionamento: Qual a importância dos controles internos para a continuidade das empresas?

Diante desta dúvida, justifica-se a presente pesquisa que tem como objetivo analisar o papel fundamental do controle interno para a continuidade da entidade, não só como um meio de prevenção de falhas e irregularidades, mas também como um instrumento de auxílio à administração das empresas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, através de informações obtidas de livros e artigos científicos sobre o tema.

Segundo Cervo e Bervian (1983 *apud* Beuren, 2008)

A pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre determinado assunto, tema ou problema.

Para Beuren (2008), a pesquisa bibliográfica envolve todo tipo de material já publicado referente ao tema estudado, a autora ainda ressalta que através dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos relacionados ao assunto que servem de embasamento para trabalhos, tanto como uma perspectiva histórica ou para dar-lhes uma nova leitura.

Em relação aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, visto que o estudo apenas analisa os fatores ligados à importância do controle interno para a continuidade das empresas, sem interferir neles. Segundo Gil (1999 *apud* Beuren, 2008):

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Andrade (2002 *apud* Beuren, 2008) afirma:

A pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los, e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estruturados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Quanto à abordagem do problema, pode-se definir a pesquisa como qualitativa, de acordo com Richardson (1999 *apud* Beuren, 2008):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta também que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Embasado por conceitos e posicionamentos de diversos autores, publicados em livros e periódicos que foi feita análise necessária para o atingimento dos objetivos ao qual o artigo se propôs.

3 PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Salvo exceções, as empresas são criadas com o intuito de manter suas atividades por um período indeterminado, esta é a principal característica do princípio da continuidade.

Para Hendriksen e Van Breda (2010):

É lógico reconhecer que a entidade deveria ser vista como se permanecesse em operação indefinidamente, em condições normais (ou seja, o postulado tradicional de empresa em funcionamento). Tal como é geralmente aplicado, o postulado de continuidade pressupõe que a entidade contábil continuará funcionando por tempo suficiente para cumprir seus compromissos existentes. Algumas pessoas argumentam que, já que os compromissos são de diferentes, novos compromissos precisarão ser assumidos continuamente no futuro para que todos sejam cumpridos, o que, efetivamente, transforma a hipótese de continuidade numa suposição de duração indefinida.

Para que uma empresa tenha a continuidade preservada as decisões administrativas exercem grande influência, e neste sentido a adoção de controles internos eficientes e eficazes podem prestar uma ampla contribuição.

Segundo Sá (2002), percebe-se que uma empresa caminha para a descontinuidade através da medição das condições de eficácia nos sistemas básicos de funções patrimoniais:

- a) capacidade de pagar (liquidez)
- b) capacidade de lucrar (resultabilidade)
- c) capacidade de manter equilíbrio (estabilidade)
- d) capacidade de vitalidade (economicidade)

Com o controle é possível obter estas informações de forma confiável e tempestiva e evitar ou minimizar futuros prejuízos.

Ao se implantar controles internos de qualidade, a administração adquire meios que auxiliam a sua gestão, tanto organizacional como financeira e também uma proteção razoável de seus ativos.

Nesse sentido, pode-se dizer que o controle interno ao lado de outros mecanismos e práticas administrativas adequadas minimiza muitas vezes o risco existente de descontinuidade das empresas.

4 CONTROLE INTERNO

4.1 DEFINIÇÕES DO TERMO CONTROLE

Pode-se definir controle como o ato de vigiar e disciplinar as atividades previamente programadas, ou seja, controle consiste em verificar se as ações adotadas pela empresa estão sendo seguidas de acordo com o planejado e regras estabelecidas, desta forma, prevenindo, detectando e corrigindo erros, falhas, fraudes, etc..

Segundo Ferreira (2001), controle é a monitorização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, etc., para que não se desviem das normas preestabelecidas.

De acordo com Chiavenato (2003), existem três significados para a palavra controle, que são:

- a) Controle como função restritiva e coercitiva: serve para coibir ou limitar certos tipos de desvios indesejáveis ou de comportamento não aceitos. É também chamado de controle social, pois inibe o individualismo e a liberdade das pessoas; neste sentido apresenta um caráter negativo e limitativo;
- b) Controle como sistema automático de regulação: tem como objetivo manter um grau de fluxo ou funcionamento de um sistema. Dentro deste mecanismo de controle

se detectam possíveis desvios ou irregularidades e proporcionam automaticamente a regulação necessária para voltar à normalidade;

c) Controle como função administrativa: é o controle como parte do processo administrativo, assim como o planejamento, organização e a direção fazem parte.

O controle está diretamente ligado a todos os setores de uma organização, é através dele que a empresa coíbe ações que fujam daquilo que foi previamente estabelecido, também permite corrigir a tempo resultados não planejados e auxilia a administração na tomada de decisão. A finalidade do controle consiste em verificar se a atividade controlada está ou não atingindo os objetivos ou resultados estimados.

4.2 CONCEITOS DE CONTROLE INTERNO

O controle interno é uma ferramenta auxiliar para que a organização alcance seus objetivos e metas. Através dele se obtém informações e dados contábeis com precisão e confiabilidade, proporcionando desta forma a eficiência operacional, assessorando a direção na tomada de decisão, além de proteger o patrimônio da empresa e garantir o bom funcionamento dos departamentos.

Para Almeida (2003) o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Franco e Marra (2001) definem controle interno da seguinte forma:

Por controles internos entendemos todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

De acordo com o *Institut Français des Experts Comptables* (apud Sá, 2002),

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados fornecidos pela Contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção.

Observando essas conceituações pode-se perceber a importância dos controles internos como ferramenta de apoio a administração da organização, através do uso correto do controle, a empresa poderá acompanhar e verificar se seus objetivos estão sendo alcançados, e se os procedimentos estão de acordo com o planejado.

O controle interno compreende todos os métodos utilizados pela administração para fiscalizar, verificar, dirigir e restringir as atividades, bem como proteger seu patrimônio, desta forma, atingindo a finalidade a qual a empresa se destina.

É importante frisar que o controle interno não é um complexo sistema de métodos e procedimentos que para funcionar de maneira satisfatória, deva ser implantando exatamente como os livros determinam, mas sim que a administração adapte um sistema compatível com as características da empresa e que atendam as suas necessidades. É fundamental que se observe, por exemplo, o porte da empresa, a região onde está localizada, o tipo de atividade, números de funcionários, dentre outros fatores que devam ser considerados para que seja elaborado um bom controle interno.

Para Jund (2005) em relação à seus objetivos específicos, os sistemas de controles internos podem ser classificados quanto à função da seguinte forma:

PREVENTIVOS

São os que reduzem, *a priori*, a frequência com que as causas de exposição ocorrerão; agem como um guia, auxiliando para que os fatos aconteçam de acordo com o previsto, procurando prevenir de antemão problemas ou desvios do padrão.

DETECTIVOS

São aqueles que detectam as causas de exposição durante a *concomitantes* a ocorrência do fato. Toda via não impedem que elas ocorram. Elas alertarão da existência de um problema.

CORRETIVOS

São os que auxiliam *a posteriori* na investigação e correção das causas de exposição detectadas, pois, a atividade já ocorreu e é impossível voltar atrás e corrigir o desempenho para leva-lo ao padrão, podendo inclusive, já ter gerado prejuízos. Ao contrário, as correções precisam ocorrer após os fatos, o que é prejudicial.

A primeira forma de controle, a preventiva, minimiza os riscos de que ocorram ações fraudulentas, conhecendo antecipadamente seu provável acontecimento é possível evitar que se desencadeie, por exemplo, práticas ilegais, danos e possíveis prejuízos. Em caso de ocorrência de tais procedimentos ilegais ou fora do padrão, através dos controles detectivos serão identificados e corrigidos por meio dos controles corretivos. Essa última função do controle, é prejudicial ao passo que a ação já foi concretizada e mesmo com sua correção, já pode ter causado danos ou prejuízos.

4.3 TIPOS DE CONTROLES

O controle interno envolve tanto a contabilidade como a administração, segundo Jund (2005), com a intenção de delimitar a extensão do auditor quanto à avaliação do controle interno, ele foi subdividido em dois grupos:

- Controles Contábeis
- Controles Administrativos

O autor define controles contábeis da seguinte maneira:

Os controles internos contábeis são aqueles relacionados com a proteção dos ativos e com a validade dos registros contábeis.

O objetivo dos controles contábeis é permitir que:

- as transações sejam registradas, quando necessário, permitindo a elaboração periódica de demonstrações contábeis e a manutenção do controle contábil sobre os ativos;
- as transações sejam efetuadas de acordo com a autorização geral ou específica da administração;
- o acesso aos ativos seja permitido com autorização;
- os ativos registrados contabilmente sejam comparados com as existências físicas em intervalos razoáveis e se tornem ações adequadas, em relação a qualquer diferença constatada.

Em relação aos controles administrativos, Crepaldi (2007) afirma:

Os controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa, bem como a seus registros financeiros.

Compreendidos por:

- normas salutaras, que observam práticas saudáveis aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções;
- pessoal qualificado, que esteja apto a desenvolver suas atividades bem instruído e supervisionado por seus responsáveis.

Como visto os controles contábeis estão ligados a fidedignidade dos registros e demonstrações contábeis e a salvaguarda do patrimônio, já os controles administrativos têm relação com o processo decisório e a eficiência operacional.

5 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO

Embora exija que a empresa descreva de forma clara e detalhada cada um de seus processos administrativos e contábeis, o sistema de controle interno tornou-se indispensável para a sobrevivência da organização, pode-se afirmar que qualquer empresa possui um sistema de controle interno, embora em alguns casos não seja o sistema mais adequado, nem o mais eficiente, porém, o fato é que para que uma empresa se mantenha em atividade, ela necessita de um sistema de controle interno.

Attie (2006) enfatiza:

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possa garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto. A confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo que transforma simples dados em informações a partir das quais os empresários, utilizando-se de sua experiência administrativa,

tomam decisões com vistas no objetivo comum da empresa assume vital importância.

Para Crepaldi (2007):

Pode-se entender a importância do controle interno a partir do momento em que se verifica que é ele que pode garantir a continuidade do fluxo de operações com as quais convivem as empresas. Nesse contexto, a contabilidade dos resultados gerados por tal fluxo assume vital importância para os empresários que se utilizam dela para a tomada de decisão.

Os autores descrevem a importância do controle interno como um meio para que as operações da empresa sejam mantidas, bem como utilizando-se da confiabilidade dos dados fornecida por ele, a administração possa tomar decisões de maneira mais segura e conseqüentemente mais acertada.

Quanto maior a empresa, maior será a necessidade de mecanismos de controle que permita a administração fiscalizar as atividades. O sistema de controle interno permite que sejam detectados irregularidades, bem como inibem ações de funcionários mal intencionados, protegendo assim os ativos da empresa.

Para se obter um controle eficiente, é necessário que exista relatórios, indicadores e outros índices que demonstrem o desempenho dos empregados e o cumprimento das metas e objetivos pré-estabelecidos. Um sistema de controle interno permite que os funcionários tenham liberdade para executarem suas atividades de forma que atinjam resultados positivos para a empresa.

Porém, para evitar que funcionários utilizando-se da prerrogativa do cargo, possam tirar algum benefício para si, prejudicando dessa forma o patrimônio da empresa, em consequência de erros intencionais, um sistema de controle interno eficiente limita esse tipo de prática, aplicando-se, por exemplo, da segregação de funções. Além disso, previne que funcionários caiam em tentações e cometam atos ilícitos contra a empresa.

Attie (2006) afirma: “O controle interno é parte integrante de cada segmento da organização e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto do controle interno”.

O controle interno gira em torno dos aspectos administrativos, que refletem diretamente nos aspectos contábeis, ou seja, os dois aspectos devem andar lado a lado para que se obtenha um sistema de controle interno adequado.

A contabilidade da empresa se não estiver apoiada em um sistema de controle interno eficiente, é até certo ponto inútil, levando em consideração que não se pode confiar nas informações transmitidas por seus relatórios, conforme afirma Crepaldi (2007). Essas

informações deturpadas podem levar a administração a ter um entendimento errado da real situação e desta forma tomar decisões que possam prejudicar a organização.

Embora já se saiba o quão indispensável é o sistema de controle interno, muitas empresas ainda possuem um sistema inadequado, suas direções julgam que tendo profissionais de confiança, eles estarão seguros contra qualquer irregularidade. Ter confiança é sim um fator de extrema importância, mas não é suficiente, visto que grande parte das irregularidades ocorridas nas empresas, como fraudes, desfalques, etc., ocorre com os empregados aos quais mais se confiava. Além do que, com inexistência de controles adequados, os erros e desperdícios, mesmo que involuntários se tornam frequentes.

Para acompanhar o desenvolvimento econômico, os gestores cada vez mais buscam ferramentas que os auxiliem de forma eficaz para o sucesso empresarial. Desde um simples controle de almoxarifado a proteção de ativos de grande valor, o controle interno se torna peça fundamental, além de proteger o patrimônio da empresa, o controle ainda tem a função de auxiliar a administração na gestão, através de um planejamento estratégico baseado em dados fornecidos pelos registros contábeis e desta forma se alcance os resultados esperados.

5.1 CONTROLE INTERNO A SER ADOTADO

Cada empresa possui suas particularidades, sendo assim, definir um único modelo de controle interno para todas seria inviável, tendo em vista que esse sistema não atenderia as suas individualidades, entretanto alguns princípios básicos devem ser observados dentro de um adequado sistema de controle interno, como: Relação custo x benefício; Responsabilidade; Segregação de funções; Qualidade adequada; Treinamento e rodízio de funções; Definição das rotinas internas; Controle sobre transações; Aderência às diretrizes e normas legais; Controle de acesso e salvaguarda dos ativos; Confronto dos ativos com os registros e Auditoria interna, descritos a seguir.

5.1.1 RELAÇÃO CUSTO X BENEFÍCIO

Esse princípio tem como finalidade a condição de que os custos da implantação de controles internos não ultrapassem seus benefícios desejados.

Deve-se observar que controles internos mais caros devem ser utilizados em atividades envolvendo transações de grande vulto, enquanto os menores devam adotar controles com a mesma proporção. Embora seja difícil estipular um valor real para o custo do controle em

relação ao seu benefício, a empresa deve tentar estimar as vantagens obtidas por ele, e analisar se será compensatório.

5.1.2 RESPONSABILIDADE

A empresa deve definir as atribuições de cada funcionário, de preferência de forma escrita no manual de procedimentos da organização, deixando claro quais as responsabilidades e limitações de todos, isto é, o que é permitido e o que não é.

Dependendo do tamanho da empresa, fica impossível que a direção possa atuar diretamente em algumas atividades, bem como fiscaliza-las, desta forma sendo obrigada a delegar funções e autoridade.

A definição de responsabilidades tem por objetivo fazer com que todos os procedimentos sejam executados de acordo com o planejado e definido no manual, evitar erros e irregularidades e no caso de tais erros e irregularidades ocorrerem, apurar de quem foi a responsabilidade.

5.1.3 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Estabelece que uma mesma pessoa não pode acumular duas funções que cause conflito de interesses, para Jund (2005):

A estrutura de um controle interno deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação, de operações, execução, controle e contabilização das mesmas, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competência e atribuições em desacordo com este princípio.

Para Crepaldi (2007) deve-se adotar a segregação de funções incompatíveis para evitar que sejam controladas por qualquer indivíduo ou departamento da organização.

Funções incompatíveis são aquelas em que é possível que alguém cometa um erro proposital ou não e em decorrência de sua posição possa escondê-lo. Como por exemplo, o acesso aos ativos e registros contábeis por uma mesma pessoa, o funcionário pode desviar um bem e baixa-lo como despesa, desta forma fazendo com que o desfalque seja mais dificilmente descoberto.

Em uma pequena empresa, como possuem menos empregados, a aplicação desse principio pode se tornar inviável, contudo, o proprietário tem condições de fazer uma

supervisão mais eficaz, embora em alguns casos, os próprios donos das empresas burlam o sistema de controle, por ser menos estruturado em busca de objetivos ilícitos.

5.1.4 QUALIDADE ADEQUADA, TREINAMENTO E RODÍZIO DE FUNÇÕES

Para que o sistema de controle interno seja eficiente, não basta que a empresa estipule métodos e procedimentos, mas também que os funcionários estejam dispostos a cumprirem o que foi estabelecido de maneira eficaz e econômica.

Sendo assim, para que se obtenha pessoal capacitado é necessário que haja métodos adequados para a contratação de pessoal qualificado, treinamento e capacitação permanente, além de avaliação de desempenho, rodízio de funções e uma política de remuneração adequada, motivando e estimulando os funcionários e desta forma alcançando os objetivos traçados pela empresa mais rapidamente.

5.1.5 DEFINIÇÃO DAS ROTINAS INTERNAS

Segundo Crepaldi (2007), a empresa deve definir no Manual de Organização todas as suas rotinas internas, como por exemplo, formulários internos e externos, instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos, evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas e carimbos), etc..

Esse procedimento propicia que todas as atividades realizadas na empresa sejam monitoradas e seguidas de acordo com o manual e não fujam do padrão, exercendo um controle maior sobre as rotinas internas.

5.1.6 CONTROLE SOBRE TRANSAÇÕES

Sobre todas as transações contábeis/financeiras e operacionais deve ser estabelecido um acompanhamento, para que não fujam da legalidade, nem da finalidade da empresa e devem ser autorizadas por quem tem essa função.

5.1.7 ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS

A empresa deve adotar um sistema que de certa forma obrigue seus funcionários a seguirem as diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos internos.

5.1.8 CONTROLE DE ACESSO E SALVAGUARDA DOS ATIVOS

Uma das principais responsabilidades da administração é a salvaguarda dos bens da empresa, um sistema contábil bem estruturado garante isso, conforme afirma Jund (2005).

Para Crepaldi (2007) o acesso aos ativos deve ser limitado, um sistema de controles físicos sobre eles deve ser adotado. De acordo com Jund (2005) os sistemas de controles podem ser diretos, que são as medidas físicas de proteção, como caixas-fortes, sistema de alarme, etc., e os sistemas indiretos, também denominados de medidas intrínsecas de proteção, ou seja, são os que auxiliam a administração na responsabilidade de proteger seus bens, como exemplo pode-se citar: seguros contra incêndio, seguro contra acidente de trabalho, etc..

A empresa deve investir em equipamentos de segurança com vistas a restringir o acesso aos ativos, essa é a características das medidas físicas de proteção, já as medidas intrínsecas de certa forma repassam a terceiros a responsabilidade dessa proteção, como os seguros, em caso de algum dano, os seguros cobriram os prejuízos ocorridos na empresa. Além dessas medidas, o acesso aos ativos deve ser liberado mediante documentos que o autorize.

5.1.9 CONFRONTO DOS ATIVOS COM OS REGISTROS

A empresa deve promover periodicamente o confronto dos ativos, que estão na responsabilidade de determinados funcionários, com os registros contábeis. Fazer um inventário dos bens do estoque e comparar com os saldos dos registros e fazer a contagem do caixa para verificar ativos, como dinheiro e cheques, são exemplos desse tipo de controle.

Esse procedimento tem a finalidade de evitar desfalques, vale ressaltar que esse controle deve ser feito por alguém que não tenha acesso aos ativos, por razões óbvias, pois se o funcionário que está fazendo o confronto for o mesmo que se apoderou indevidamente do

bem, poderá informar a administração que os ativos existentes batem com os registros de contabilidade, omitindo desta forma o desfalque realizado por ele.

5.1.10 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna verifica de maneira autônoma se o sistema de controle interno está sendo seguido como o estabelecido e determina se há necessidade de novas normas a serem adotadas ou do aperfeiçoamento do sistema.

Não adianta ter um excelente sistema de controle interno, se não tiver quem o verifique, por isso as empresas devem contratar auditores internos para avaliarem periodicamente as transações detalhadas, analisarem os dados contábeis, observarem se as políticas administrativas estão sendo cumpridas, como também adaptar o sistema a novas circunstâncias.

5.2 LIMITES INERENTES AOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

O controle interno traz apenas razoável segurança quanto à realização dos objetivos da entidade, isso acontece, pois há uma série de limitações que impedem a garantia absoluta de que o controle será eficaz, independente de serem sistemas muito bem desenvolvidos e executados.

A eficácia e eficiência do controle interno estão diretamente relacionadas ao fator humano, quando um ou mais funcionários não se submetem ao controle é quase inevitável que ele falhe.

As limitações dos sistemas de controles internos geralmente ocorrem devido a conluios de funcionários na apropriação de bens na empresa. Para Jund (2005) “os procedimentos de controle cuja eficácia depende da divisão de funções podem ser burlados mediante conivência”.

Na aplicação da maioria dos procedimentos de controle podem ocorrer falhas resultantes de entendimento precário das instruções, erros de juízos, descuidos e outros fatores humanos, afirma Crepaldi (2007).

Ainda citando Crepaldi (2007):

Os procedimentos de controle referentes à execução e ao registro das operações podem mostrar-se ineficazes em face dos erros ou irregularidades cometidos pela administração e em face das estimativas e juízos inadequados da administração na elaboração das demonstrações financeiras, dos orçamentos e fluxos de caixa.

Outro fator limitante é o custo do sistema de controle interno, pois como já dito anteriormente, se o custo do controle for maior que o benefício obtido por ele, não vale a pena sua implantação, por exemplo, o custo da vigilância excessiva pode ser maior do que o próprio roubo.

Os eventos externos sujeitam os controles a falhas, pois estão fora do domínio da administração, tais eventos são, em alguns casos, impossíveis de serem previstos ou controlados.

Por último deve ser observado se os procedimentos projetados para o futuro em relação ao controle interno possam ficar defasados com o tempo, como menciona Jund (2005) “qualquer projeção de uma avaliação atual do controle interno para os períodos futuros correm os riscos de os procedimentos ficarem defasados, devido a mudanças de condições, e pelo fato de haver se deteriorado o grau de observância de tais procedimentos”.

Como visto, a principal limitação dos sistemas de controles internos é o fator humano e este deve ter uma atenção redobrada para que se evite os erros intencionais ou não intencionais e desta forma se atinja os objetivos esperados com a implementação do sistema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando cumprir o que estabelece o princípio da continuidade, a administração das entidades busca diversos meios para alcançar este fim, um instrumento que pode auxiliá-las neste sentido é o controle interno.

O administrador de posse das demonstrações e dados fornecidos pelo sistema tem uma probabilidade maior de acertar nas suas decisões, atingindo assim, os objetivos almejados e garantindo a continuidade das atividades da organização.

Os desfalques, fraudes e erros podem ser coibidos e minimizados, através da fiscalização exercida pelos sistemas de controles, proporcionando desta forma, segurança razoável para a empresa.

Cada empresa deve adotar o sistema que mais se adequa às suas necessidades, apesar de cada sistema ser específico, não se deve desconsiderar alguns princípios indispensáveis dentro de um controle interno, além de suas limitações.

Diante do estudo realizado infere-se que as informações fornecidas pelo controle interno são de suma importância no processo decisório da empresa e que os procedimentos

adotados prestam grande auxílio para a proteção do patrimônio, tais fatores contribuem para a sobrevivência da organização.

Como limitações encontradas na pesquisa pode-se destacar a escassez do assunto que trata da relação entre a continuidade das empresas e o controle interno, sendo assim, recomenda-se que para trabalhos futuros seja feito um aprofundamento neste sentido, de modo a possibilitar o desenvolvimento da ciência, onde se possam realizar estudos de caso ou de múltiplos casos.

ABSTRACT

Faced with economic growth, companies, through their leaders, are increasingly seeking ways to remain competitive in the market, an important tool for business success is internal control. Aiming to keep the organization on track and following what was planned to achieve the goals and objectives, it is essential to the implementation of internal controls, as well as protecting the company's assets against fraud and error, it is possible to stimulate staff efficiency, as well as using the reliability of financial statements, management can make informed decisions to keep the company in a continuous process of growth. This study aims to analyze the importance of internal controls for companies to display which basic procedures that should be adopted within a suitable system. The methodology used was literature research through books and articles related to the subject, as to approach the problem and objectives, can be defined as a qualitative research and descriptive respectively. As results, it was found that the adoption of internal controls, together with other mechanisms, is of fundamental importance, because through them the company can achieve better results and reduced risk, and thus meet the principle of continuity.

Keywords: Internal Control. Importance. Continuity.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo** – 6. ed. – São Paulo, Atlas, 2003.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações** – 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática** – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da língua portuguesa** – 5. ed. rev. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Ricardo J. (Ricardo José). **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas: conforme a MP nº 449/08** – 7. ed. – Rio de Janeiro: Ed Ferreira, 2009.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil** – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade** – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

JUND, Sérgio. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos: teoria e 850 questões: estilo ESAF, UnB e outras** – 7. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria** – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.